

***Educação Superior em Iberoamérica – Informe 2016,***  
**de José Joaquim Brunner e Daniel Andrés Miranda**  
**& *Relatório da Educação Superior na América Ibérica:***  
***Brasil*, de Roberto Leal Lobo e Silva Filho**

CINDA, Santiago, Chile, 2016.

**Raquel da Silva Santos**

Mestranda em Educação (PPGE-Uninove); bolsista Prosup/Capes. [raquel.brutus.silvasantos@gmail.com](mailto:raquel.brutus.silvasantos@gmail.com)

**Heryka Cruz Nogueira**

Doutoranda em Educação (PPGE-Uninove); professora da Universidade do Estado do Amapá (UEAP)  
[heryka.ueap@gmail.com](mailto:heryka.ueap@gmail.com)

Esta resenha crítica contempla dois relatórios produzidos pelo Centro Interuniversitario de Desarrollo (CINDA<sup>1</sup>), um sobre América Ibérica, outro especificamente sobre o Brasil.

Os autores do relatório *Educação Superior em Iberoamérica - Informe 2016* são José Joaquín Brunner e Daniel Andrés Miranda. Brunner é o editor chefe e coordenador do relatório. É professor titular na Universidade Diego Portales. Chileno, PhD em Sociologia, é especialista em Sistemas e Políticas e dirige vários projetos de pesquisa e investigação no Centro de Políticas Comparadas (CPCE). Possui mais de 30 livros publicados. Ganhou o prêmio Kneller de 2004. Tem trabalhos desenvolvidos com a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) e Banco Mundial e atuando em diversos países componentes da América Latina, África, Europa do Leste. Miranda é colaborador e editor adjunto. Também chileno, psicólogo da Universidad de Talca, doutorando em Sociologia e trabalha com investigação no Centro de Estudios de Conflito e Coesão.

No relatório específico do Brasil, o autor é Roberto Leal Lobo, carioca, professor e diretor do Instituto de Física e Química de São Carlos. Já foi vice-reitor (1986-1990) e reitor da Universidade de São Paulo (1990 a 1993) e diretor do CNPq (1983-1985) em Brasília, diretor do Centro de Pesquisas Físicas no Rio de Janeiro. Produziu relatórios para importantes organizações nacionais e internacionais, dentre elas a Nações Unidas para a

Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Centro Interuniversitario de Desarrollo (CINDA).

O Grupo Cinda, fundado em 1971, reuniu três universidades privadas da região andina: de Los Andes (Colômbia), Pontifícia Católica do Chile e Pontifícia Universidade do Peru, com o objetivo de contribuir para o processo de integração andina. Com esse propósito, o Grupo trabalhava com análises e aconselhamentos de várias agências, realizando consultorias especializadas e evidenciando os temas-problema da temática do ensino superior, a partir de uma vasta coleta de informações dos Sistemas Nacionais de Ensino Superior dos países da América Latina. Após essa iniciativa tomar forma e a publicação dos primeiros resultados, outras universidades da América Latina demonstraram interesse em se juntar ao Cinda; na década de 90, foi a vez das universidades europeias (Universidade Politécnica da Catalunha e, atualmente, algumas universidades da Espanha e Itália). Atualmente, conta com a participação de mais de quarenta membros, distribuídos no território Ibero-Americano.

O primeiro relatório de que trata esta resenha: *América Ibérica - Informe 2016*, está na linha de parceria entre o CINDA e a Rede Latino Americana de Universidades (UNIVERSIA<sup>2</sup>), retratando vinte e um países que, em maioria, são de formação ibero-americana. Trata do desenvolvimento em rede de elos de mobilidade acadêmica entres os países ibero-americanos, apresentando uma discussão sobre a globalização da educação superior informada pelas convergências do nível global de problemas e desafios do setor para as realidades nacionais, segundo a tríade global/nacional/local – a dimensão *glonacal*, como denominado no Relatório –, passando pela mediação do nível regional, caso do espaço ibero-americano, nessa medida buscando soluções e estratégias. Apresenta preocupação com as experiências e estudos sobre o segmento jovem das populações em formação, diante da transição de uma educação que anteriormente atendia contingentes minoritários e cujos sistemas nacionais foram alcançando progressiva universalização, abrindo-se, inclusive, a populações em idade adulta. Identifica-se como importante desafio da democratização do acesso ao conhecimento e à formação superior o fato de que “*La educacion superior se há vuelto una empresa social cada vez mas costosa a nivel mundial*” (CINDA IBEROAMERICA 2016, p. 18), entre outros motivos em razão da pressão pela produção, circulação e uso de um conhecimento cada vez

mais “transnacional” e “transnacionalizado”, conforme requerimentos de agências multilaterais e as métricas dos padrões de avaliação focados no modelos de *world class universities*.

Na sua estrutura, o relatório é composto por nove capítulos: A) Los desafíos de la educación superior en el espacio ibero-americano; B) La plataforma institucional de los sistemas; C) El acceso y las oportunidades que ofrece la educación superior, incluyendo una sección especial sobre políticas de inclusión para personas con discapacidad; D) El personal docente; E) La formación del capital humano avanzado; F) El financiamiento de la educación superior; G) El gobierno y la gestión de los sistemas e instituciones; H) El aseguramiento de la calidad en el ámbito de la educación superior ibero-americana; I) Balance de tendencias y cambios nacionales, que inclui informações de vinte e um países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Cuba, Ecuador, EL Salvador, España, Honduras, Guatemala, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Portugal, Republica Dominicana, Uruguay, Venezuela, e que tem: “El objeto de poner en perspectiva la información sobre Iberoamérica, y hacer un comparación internacional, las tablas y gráficos incluyen cinco países de fuera del área iberoamericana, pertenecientes a diferentes regiones del mundo.” (CINDA IBEROAMERICANA, 2016, p. 32) Trata-se, portanto, de um documento que se orienta por uma perspectiva comparativa no território geograficamente descontínuo e de formações sociais constituídas em suas especificidades sociopolíticas e culturais.

O Relatório avalia as dimensões-chave da política no setor, delimitadas em capítulos precedidos de concisa introdução ao tema e seguido de dados estatísticos e comentários descritivos das tabelas e gráficos apresentados.

O primeiro capítulo - *Los desafíos de la educación superior en el espacio ibero-americano* - tem por objetivo apresentar dados concernentes à situação da educação superior nesse espaço, dados esses coletados em pesquisas e estudos das agências de fomento multilateral como Organização Mundial do Comércio, OCDE e Banco Mundial.

No segundo capítulo, *Plataforma institucional*, problematiza-se o aspecto da expansão e das demandas da educação terciária privada no Espaço Ibero-americano de Educação Superior.

*Acceso y oportunidades* compõe o terceiro capítulo do Relatório, no qual se destaca que, nos últimos anos, os países ibero-americanos não evi-

denciaram mudanças relevantes no sentido do acesso, apontando para o crescimento do acesso.

*Personal Docente* apresenta um quadro geral da heterogeneidade da profissão docente mediante a diversificação institucional e de reformulação de cursos que tem caracterizado a educação superior da América Latina nos últimos tempos, nesse sentido apresentando gráficos comparativos e evolutivos da profissão. Apresenta ainda alguns problemas relativos à jornada de trabalho, processos de investigação, diversidade de funções exercidas por esses profissionais e a composição da carreira segundo critérios de produção e investigação. O relatório destaca diversas questões que incluem o crescimento numérico do docente e as dimensões qualitativas consideradas por cada país.

No capítulo E, *Formacion de capital humano avanzado*, demonstra-se preocupação com as competências exigidas na formação dos profissionais. Diante disso, é de suma importância, esclarece o Relatório, da gestão do conhecimento avançado, para poder participar da produção de novos conhecimentos que contribuam com o processo de inovação. Expõe diversas dimensões dos principais processos formativos da sociedade contemporânea, com o objetivo de manter, ampliar e analisar o capital humano avançado.

Em *Financiamento de la educación superior*, apresenta-se uma série de tabelas e gráficos que mapeiam os aportes financeiros à educação superior dos países ibero-americanos, com um detalhamento dos gastos tanto de redes públicas quanto de privadas. Descrevem-se os antecedentes desse processo de financiamento diante da economia política e do grau de dependência do sistema. Em suma, o capítulo busca descrever as fontes de financiamento das instituições públicas e os subsídios fiscais, apresentando indicadores e discriminando a diversidade das fontes de acesso aos produtos de conhecimento.

O capítulo G - *Gobierno y gestión* -, apresenta diversos desafios da realidade ibero-americana em que, nesta região, existe uma diversidade de organização e gestão das instituições. Apresentando dois aspectos, primeiro os aspectos de governo, que tem a ver com a estrutura e o processo, em segundo, as questões relacionadas à gestão acadêmica, referindo a como as instituições são administradas e a como são aplicados, adotados e conduzidos os assuntos cotidianos da organização. Em suma, esse capítulo

busca debater a evolução das práticas de governo e gestão na educação superior ibero-americana da forma como são percebidas e avaliadas pelos autores, no sentido de buscar responder a uma série de perguntas sobre as recentes reformas dos sistemas educativos e sobre os princípios de gestão institucional.

No capítulo *Asseguramento de la calidad* o autor destaca que o tema está na agenda das políticas educacionais desde os anos 1990, com o intuito de observar o desenvolvimento de mecanismos nacionais e iniciativas sub-regionais, bem como novas formas de organizar a relação das instituições superior com o governo. Essa busca de garantir a qualidade tem diversos propósitos viáveis como: certificar normas de formação dos diferentes campos profissionais e programas de pós-graduação; estimular o melhoramento contínuo das instituições e seu desempenho no espaço ibero-americano etc.

No capítulo I - *Balance de tendencias y cambios nacionales*, este foi desenvolvido com base nos relatórios nacionais dos países componentes. Aqui os autores propõem um balanço final das principais tendências do sistema de educação superior desses países durante o período de cinco anos (2011-2015), indicando as principais mudanças, problemas e assuntos que fazem parte da esfera pública e das instituições de educação superior de cada nação.

O segundo Relatório aqui resenhado trata especificamente do Brasil. É descritivo e analítico e constitui um dos documentos utilizados para acompanhar o desenvolvimento da educação superior brasileira. Trabalha com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período de 2010 a 2015. Com uma linguagem simples, detalhada e explicativa, Roberto Leal Lobo aborda, em sete capítulos, os aspectos relevantes da reconfiguração da educação superior no Brasil e as mudanças que vêm ocorrendo nos últimos 6 anos.

O primeiro capítulo trata do acesso ao ensino superior com dados do período 2010- 2014. Os dados demonstraram que o incentivo ao ingresso na graduação foi dado, principalmente, por programas federais: nas instituições privadas, Universidade para Todos (PROUNI) e Financiamento Estudantil (FIES); nas instituições públicas federais, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

(REUNI). Dentre essas formas de acesso incentivadas destaquem-se as promovidas sob a perspectiva das ações afirmativas: Lei Nº. 12.711/2012<sup>3</sup>, que é conhecida como “lei das cotas” para o ingresso nas universidades públicas e pelo uso dos resultados das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Com tais incentivos, foi expressivo o crescimento de 23% no número de matrículas na graduação, no período de 2010 a 2014, uma média de 5,4% ao ano. Nesse mesmo período, a pós-graduação apresentou crescimento de 34%, com destaque para o doutorado, que percebeu um incremento de 47%.

O segundo capítulo destaca a infraestrutura das universidades públicas e privadas quanto às mudanças recentes nas normas e práticas para criação e reconhecimento de instituições universitárias, destacando o movimento financeiro com as transações envolvendo fusões e aquisições de instituições brasileiras. O movimento observado foi de redução do número de instituições de ensino superior em 0,4%, no período de 2010 a 2014, sendo que, no país, mantenedoras de grande porte são proprietárias de diferentes IES, as 12 maiores absorvendo 39% das matrículas do setor privado, ficando as demais com 61%.

O terceiro capítulo apresenta os dados referente à titulação do pessoal docente e o regime de trabalho dos professores (tempo parcial, integral, horista). Observou-se que, no período de 2010 a 2014, a evolução dos docentes em tempo integral nas instituições de ensino superior públicas federais foi de 32,59%, enquanto nas privadas foi de somente 4,35%. Na contramão das instituições públicas, as privadas aparecem, no período, com uma evolução de contratações de docentes em tempo parcial de 47,90%, enquanto as públicas chegaram a 2,36%. Destaca-se a distribuição de pesquisadores, por setor, no ano de 2010: o Relatório demonstrou que mais 80% deles trabalham no ensino superior, sendo 3,27% no governo, 17,60% nas empresas e 0,43% em organizações não-governamentais. Essa é uma das razões pelas quais a produção de inovações e patentes no Brasil é desproporcional em relação à produção científica.

O capítulo quarto descreve a evolução dos instrumentos de avaliação da qualidade do ensino superior utilizado pelo MEC nos cursos de graduação e pela CAPES na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), qualificado pelo autor do Relatório como dos mais avançados do mundo; na graduação, apresenta a evolução do sistema de avalia-

ção da qualidade por meio do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), de 1993, que se organizou em torno de três eixos básicos: Exame Nacional de Cursos, Avaliação das Condições de Oferta de Cursos de Graduação e as avaliações conduzidas pelas Comissões do MEC. Já em 2004, com um olhar mais alargado, criou-se o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) como instrumento de autoconhecimento institucional e de esclarecimento de seu papel histórico. Para o autor, os resultados do SINAES fundamentam as decisões do Ministério da Educação sobre reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições. Já na pós-graduação, a avaliação dos cursos é realizada por consultores vinculados a instituições de diferentes regiões do país e coordenado pela CAPES.

No quinto capítulo o autor revela o crescimento do número de pessoas com formação superior entre 2007 e 2013 e o pequeno crescimento no número de egressos, expondo dados sobre número de concluintes, taxas de titulação, evasão anual, empregabilidade e salários no Brasil. Os egressos dos cursos superiores no período de 2010 a 2014, em sua grande maioria, 44% são das áreas de conhecimento de Ciências Sociais, Negócios e Direito, e 21% de Educação. Em menor número, 14% são os egressos de Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática.

O sexto capítulo apresenta as modalidades de gestão das instituições universitárias e não universitárias (públicas e privadas), incluindo aí instituições mantenedoras e mantidas, as que têm autonomia universitária e as que não a possuem, as formas que as rege e como são regidas, bem como as legislações e diretrizes que atendem.

No último capítulo, o Relatório Brasil apresenta dados referentes ao financiamento dos estudantes da educação superior relativos ao PROUNI e o FIES, que surpreendem pelo crescimento, e dados sobre as bolsas de extensão e pesquisa no período de 2010 a 2014.

Nos dois relatórios, as características especiais da obra são seus levantamentos de dados e a análise da situação da educação superior, no Brasil e na América latina, compondo um acervo de dados sobre o espaço ibero-americano de conhecimento. O assunto é abordado com uma linguagem científica e uma perspectiva analítica, pois possui, em cada capítulo, interpretações de dados em tabelas comparativas dos países do Sul com os do hemisfério norte.

A intenção do CINDA é propor subsídios para a compreensão dos processos e tendências de desenvolvimento da educação superior na região ibero-americana e no Brasil, no intuito de auxiliar a planejamento de políticas nesses países, considerados emergentes ou periféricos. Para compreender o primeiro relatório, *Educación Superior en Iberoamérica - Informe 2016*, é necessário algum conhecimento prévio de espanhol e da linguagem científica – em especial da leitura de gráficos, números e demais dados estatísticos –, assim como cabe ter uma visão geral da geopolítica do conhecimento.

Ambos os textos são dirigidos ao público amplo de sujeitos que trabalha com educação superior e àqueles que estudam o tema: pesquisadores, professores universitários, alunos de graduação, mestrands e doutorandos da área da educação, da gestão, da economia. Em especial aqueles que promovem estudos comparados e tematizam as demandas contemporâneas de internacionalização da educação superior.

## Notas

- 1 O Centro InterUniversitario de Desarrollo (CINDA) publica uma série de relatórios desde 2007 no intuito de trazer contribuições à reflexão sobre sistemas e políticas de educação superior, apresentando informes de cada país componente da Ibero-América. Os demais relatórios são: Informe Educación Superior (2007); El rol de las universidades en el desarrollo científico y tecnológico (2010); Educación Superior en Iberoamérica (2011); Aseguramiento de la calidad en Iberoamérica (2012); Informe de Educación Superior 2015 “La Transferencia de Innovación y Desarrollo, la Innovación y el Emprendimiento en las Universidades”
- 2 A Univesia é formada por uma rede de universidades que tem por objetivos a implicação de várias modalidades de atuação no campo científico e também no mercado ibero-americano.
- 3 A Lei n. 12.711 garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos.

